

“PRA LÁ E PRA CÁ”: o sentido do lugar e do migrar entre jovens rurais

“COMING AND GOING”: the meaning of place and migration among rural youth

Jaqueline da Silva Teixeira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Montes Claros, MG, Brasil
jaqueline8st@gmail.com

Resumo

Este trabalho faz parte dos estudos parciais da pesquisa de dissertação, e busca apresentar a história da comunidade rural de Santana do Mundo Novo (Juramento/MG), considerando também abordagens sobre a juventude rural e trazendo a diversidade e singularidades dessa categoria. Pretende apresentar também as distintas concepções sobre o rural e o urbano, e uma visão ampla a respeito das relações entre as categorias, buscando ir além da dicotomia que por muito tempo marcou o tema. Para tanto, optou-se por uma pesquisa bibliográfica, permeada pelas contribuições da antropologia e da geografia. Além disso, também são utilizadas fotografias, e dados secundários para contextualização do lugar. A comunidade, que tem a migração como parte de sua história, continua sendo espaço de fluxos migratórios, dentre outras formas de mobilidade espacial, realizadas inclusive por jovens do lugar. Rural e urbano assumem novas formas de interação no contexto atual, fazendo emergir formas de mobilidade que por vezes se tornam parte de um modo de vida.

Palavras-chave: Rural. Urbano. Jovens rurais. Norte de Minas Gerais.

Abstract

This paper is part of the partial studies of a master's research and seeks to present the history of *Santana do Mundo Novo*, a rural community in the municipality of Juramento/MG, considering approaches on rural youth that reveal the diversity and particularities of this category. It also intends to present the different conceptions about “rural” and “urban” within a broad view regarding the relationships between the categories, seeking to go beyond the dichotomy that has long guided the subject. To this purpose, a bibliographic search was chosen, grounded on the contributions of anthropology and geography. In addition, photographs and secondary data are used to contextualize the place which the paper refers to. This rural community, whose history is also related to migration, remains a space for migratory flows, among other forms of spatial mobility, carried out even by local youth. In the current context, “rural” and “urban” take on new forms of interaction, giving rise to forms of mobility that sometimes become part of a way of life.

Keywords: Rural. Urban. Rural youth. North of Minas Gerais.

Introdução

As atuais relações entre rural e urbano deram lugar a mobilidades e trânsitos distintos daqueles que anteriormente se desenvolviam. Diante disso, busca-se entender como se dá esse processo, principalmente quando é vivenciado por jovens rurais. Este trabalho faz parte dos estudos parciais da pesquisa de dissertação e pretende apresentar a história da comunidade rural de Santana do Mundo Novo, considerando abordagens sobre a juventude rural, trazendo a diversidade e singularidades dessa categoria. Pretende apresentar também as distintas concepções sobre o rural e o urbano, e uma visão ampla a respeito das relações entre as categorias, buscando ir além da dicotomia que por muito tempo marcou o tema.

A comunidade estudada fica localizada no município de Juramento, na região do Norte de Minas, que possui uma população estimada em 4.316 habitantes (IBGE, 2018). Trata-se de uma comunidade que possui a migração como parte de sua história. Ela era localizada onde hoje está situada a barragem da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), que abastece a cidade de Montes Claros. Para a construção de tal barragem, os moradores do local foram desapropriados, sendo reassentados na atual localização da comunidade, que fica a alguns quilômetros da barragem. Além desse histórico, a comunidade vivencia outras formas de mobilidade, como por exemplo, de pessoas que adquiriram “chacreamentos” nos seus arredores, frequentando suas residências apenas aos fins de semana. Também se observa a mobilidade dos jovens, já que muitos se deslocam após a conclusão do Ensino Médio.

O interesse por essa temática surgiu ao vivenciar o processo de sair de casa para estudar, residindo durante a semana em outra cidade, e retornando sempre, aos fins de semana. Durante a graduação em psicologia, ao participar de um grupo de acolhimento dos estudantes da faculdade, observou-se a demanda que muitos tinham por estarem longe de suas casas, e o quanto falar sobre isso era importante para eles, embora alguns apresentassem adaptabilidade em lidar com tal situação. Com tal grupo, pôde-se perceber que, assim como é abordado por Bachelard (1978, p. 201), a terra natal, a casa, guardam grande valor, como por exemplo a sensação de proteção, por ser “[...] o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser ‘atirado ao mundo’, como o professam os metafísicos apressados, o homem é colocado no berço da casa”. Para o autor, de alguma forma, “o

espaço retém o tempo comprimido” (p. 202), daí as lembranças e sensações que a casa natal e seus pequenos espaços proporcionam.

Para a realização deste estudo, optou-se por uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2002), que se baseia nas ideias apresentadas em obras já escritas sobre a temática em questão, permeada pelas contribuições da antropologia e da geografia. Para tanto, foram selecionados livros, artigos e dissertações referentes ao tema, sendo em sua maioria acessados em meios eletrônicos. A seleção do material se restringiu a obras em português.

A relação com a comunidade estudada, se inicia bem antes das indagações acadêmicas já mencionadas, sendo esta minha comunidade de origem. O fato de ser nativa, apesar das vantagens, implicou e ainda leva a ter uma série de cuidados, pois lidar com o familiar, requer que se adote o estranhamento apontado por Da Matta (1978, p. 4) quando este diz da necessidade de “transformar o familiar em exótico” e de se atentar para os aspectos afetivos e subjetivos que são despertados no pesquisador.

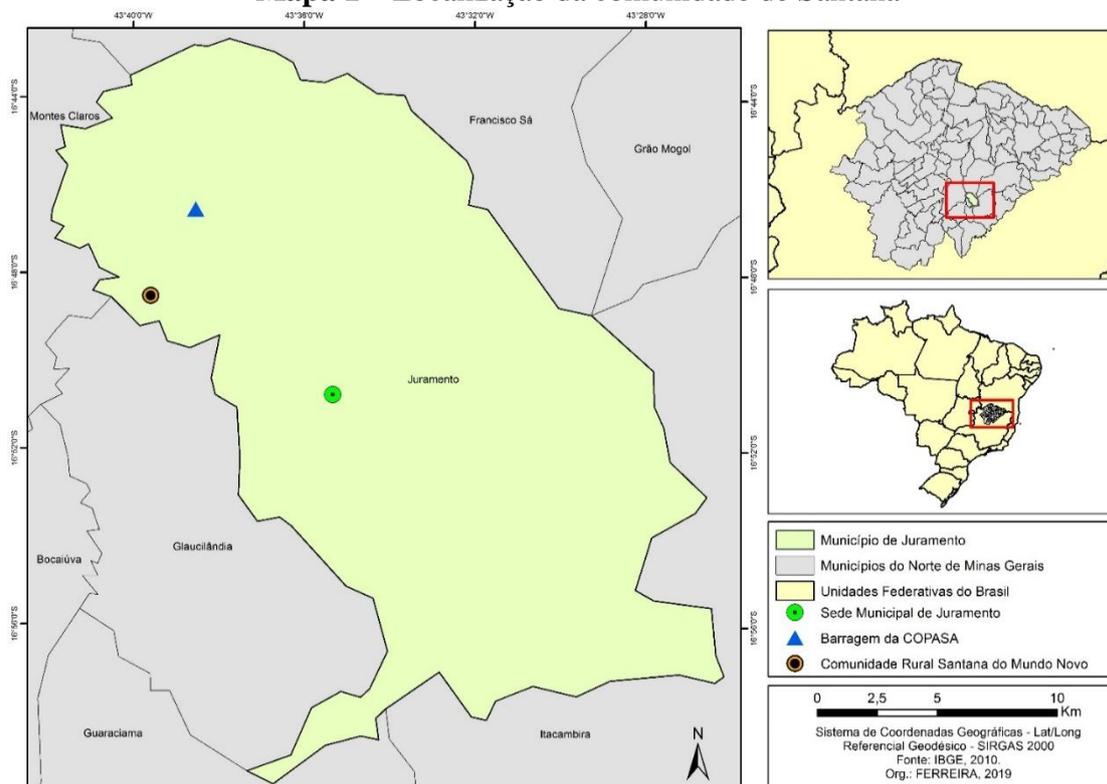
Algumas categorias estão na base desta pesquisa, subsidiando as discussões, dentre elas, destacam-se: rural, urbano e jovens rurais. Estas serão as bases para as discussões a serem realizadas ao longo do artigo.

O presente artigo apresenta discussões iniciais de uma pesquisa em andamento, sendo a base para os estudos da dissertação. Para tal, se faz necessário apresentar a comunidade estudada, algumas concepções sobre juventude rural, as discussões referentes às categorias rural e urbano, e às relações entre tais espaços, já que a comunidade fica relativamente próxima a um grande centro urbano, que é a cidade de Montes Claros, no Norte de Minas.

Santana do Mundo Novo: a comunidade e sua história

A comunidade de Santana do Mundo Novo localiza-se no município de Juramento (Mapa 1). O município, como se pode observar no mapa, faz limite com Francisco Sá, Grão Mogol, Montes Claros, Glaucilândia e Itacambira. Com sua história marcada pela presença de bandeirantes, o município, antes formado também pelo atual município de Glaucilândia, é emancipado de Montes Claros em 1953, e em 1995, segundo FRANÇA (2012), o distrito de Glaucilândia é desmembrado de Juramento, passando também a ser um município.

Mapa 1 – Localização da comunidade de Santana



Fonte: IBGE, 2010.
Org.: FERREIRA, 2019.

A comunidade, como se percebe, tem proximidade (aproximadamente 30 km) com um grande centro urbano da região, a cidade de Montes Claros. Desse modo, são constantes os deslocamentos de seus moradores para a cidade, que, por ser próxima, possibilita idas e retornos no mesmo dia. A cidade se tornou uma referência regional em serviços, educação e produtos diversos, sendo assim, recebe pessoas das mais diversas localidades, inclusive em busca de emprego.

A comunidade de Santana do Mundo Novo, que, de acordo com a agente de saúde do local, conta com uma população de 284 pessoas, distribuídas em 112 famílias, é marcada por uma história de migração, que ainda tem repercussões no seu modo de vida. A comunidade de Santana do Mundo Novo, de acordo com Cotrim (2015), é a continuação da história do povoado do Ribeirão, sendo que a construção da barragem da COPASA não pôs fim a essa história.

Sobre como se deu a mudança para o lugar em que a comunidade existe atualmente, o autor diz que o terreno anterior era da diocese de Montes Claros, que como indenização recebeu um novo terreno (Foto 1) para as 11 famílias que antes residiam no

povoado do Ribeirão. Ele narra sobre a ata número 026/83, com data de 11 de setembro de 1983, que trata da implantação do bairro “Santana do Mundo Novo”, no município de Juruá. De acordo com Cotrim, a ata traz ainda as obrigações da igreja e da COPASA.

Foto 1– Comunidade de Santana – a igreja e seu lugar na praça e na história do lugar



Autora: Org.: TEIXEIRA, J. S., 2019.

De acordo com Figueiredo (2010), distintas versões são colocadas no que se refere a construção da barragem, principalmente no que diz respeito à escolha do lugar. Tanto questões que envolvem o tipo de solo, quanto questões de interesse político (interesses pessoais ou trocas). Segundo o autor, a desapropriação das “11 famílias camponesas ribeirinhas” (p. 70) que residiam no local inicia-se em 1982. Estas famílias, que trabalhavam para sua subsistência, com a mediação da Igreja, como apontado também por Cotrim (2015), foram reassentadas onde hoje está a atual comunidade de Santana do Mundo Novo. O lugar fica a alguns quilômetros da barragem da COPASA, lugar do antigo povoado do Ribeirão.

As atividades desenvolvidas na comunidade consistem em agricultura, pecuária e comércio local (mercearias e bares). A comunidade possui também uma escola municipal, que atende estudantes da primeira fase da educação básica, até o 5º ano, e uma Unidade

Básica de Saúde. Dentre as tradições do lugar, a festa da padroeira que dá nome ao local, Santa Ana, é o momento que mais reúne pessoas. A festa tem entre seus ritos a celebração religiosa (foto 2), o hasteamento de bandeira e os leilões. Acontece no mês de julho, normalmente no último final de semana do mês, e conta com a participação de pessoas de comunidades vizinhas e também de outras cidades. A festa mantém uma cultura que vem desde a época do antigo povoado do Ribeirão, sendo este um momento em que aqueles que migraram, muitas vezes retornam para participar da confraternização e rever familiares e amigos.

Foto 2– Festa da padroeira Santa Ana



Autora: Org.: TEIXEIRA, J. S., 2011; 2012; 2019.

Além dos eventos tradicionais, novos eventos passam a fazer parte das práticas locais, como a primeira Cavalgada de Santana, realizada em 13 de julho de 2019, que contou com a presença de comitivas das comunidades e municípios vizinhos e teve alguns jovens da comunidade entre os seus organizadores. A comunidade, além das atividades culturais, possui também espaços de produção de uso comum, como uma horta e o sistema de água comunitários, sendo que aqueles que usufruem do sistema se reúnem para dividir os gastos.

Embora a comunidade de Santana tenha sido desapropriada para que uma barragem fosse construída, durante muitos anos a população não recebeu a água da COPASA, tendo acesso apenas a água de um poço, e ao abastecimento com carro pipa. Apenas no ano de 2015 a população passou a ser abastecida com água da companhia, embora esta não seja submetida às mesmas condições de tratamento da água que abastece Montes Claros.

Alguns projetos recentes visam implantar na comunidade um sistema para que esta seja abastecida com a água da COPASA, recebendo os devidos tratamentos para que seja potável. Ainda no que se refere a área ocupada pela companhia, de acordo com Figueiredo (2010), a barragem está em uma área de Reserva Particular do Patrimônio Natural, contando então com uma área de preservação, mas apesar dessa preocupação ambiental, faltam de projetos compensatórios por parte da COPASA, a fim de beneficiar os moradores que já foram tão afetados pelo empreendimento.

Sendo localizada próximo a um grande centro urbano, e tendo como parte de seu modo de vida o deslocamento de pessoas, sobretudo dos jovens para este centro, convém agora discutir sobre a juventude rural, e sobre a superação da dicotomia entre rural e urbano, que por vezes tem seus modos de vida marcados pelas relações e deslocamentos.

Juventudes: a diversidade e singularidade do jovem rural

Quem é essa juventude? É uma só? É preciso compreender a juventude como diversa, como Abramo (2008, p. 43-44) enfatiza, trata-se “de juventudes, no plural, e não de juventude, no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição”. Pode-se dizer então que este segmento social é por si só heterogêneo e dinâmico, indo além de questões cronológicas. De acordo com Castro (2005, p. 18), a categoria juventude, seja ela rural ou urbana, é quase sempre substantivada, dessa forma, “um grande desafio é dessubstancializar estas categorias e procurar compreendê-las em seus múltiplos significados”.

De acordo com Castro (2005), a definição de acordo com a faixa etária se encontra interligada com as concepções que encaram a juventude como uma fase de transição entre a infância e a fase adulta. Um outro aspecto ligado a essa transição seriam os ritos de passagem. Para a autora, substancializar a juventude implicaria nos riscos de fazer

generalizações. Outra forma de definição da juventude é a de agente transformador, como que em tom de heroísmo, ou talvez o seu oposto, ligando-a a violência, e rotulando-a como delinquente.

Como salienta Dayrell (2003, p. 40), dentre as concepções que atravessam a compreensão da juventude, “uma das mais arraigadas é a juventude vista na sua condição de transitoriedade, na qual o jovem é um “vir a ser”, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente”. Dessa forma, ele ainda não é, ficando todas as atenções voltadas para as expectativas de futuro do jovem. De acordo com Viana (2017), o período da vida em que se situa a juventude também é definido conforme as especificidades de cada lugar, de acordo com as funções e aspectos que são designados a cada fase da vida.

Dayrell (2003) também problematiza outras imagens de juventude, como uma fase de irresponsabilidades, ou como período de crises e distanciamento da família. Todas essas imagens, segundo o autor, podem encobrir as verdadeiras experiências dos jovens. Diante disso ele aborda a dificuldade de definir juventude, optando por encarar essa categoria a partir do viés da diversidade:

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta. (DAYRELL, 2003, p. 42).

Diante disso, o autor aborda o termo “juventudes”, para enfatizar quão diversos podem ser os modos de ser, e parte de uma noção de juventude que a encara como:

[...] parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. (DAYRELL, 2003, p. 42).

Buscando compreender os jovens como “sujeitos sociais que, como tais, constroem um determinado modo de ser jovem”, Dayrell (2003, p. 40) aborda juventude como uma construção que envolve as dimensões biológica, social e cultural, que se relacionam por meio das vivências sociais. Sendo assim, o contexto em que vive o jovem,

interfere nessa construção, que se dá junto aos seus desejos e sentidos, em que ao mesmo tempo que é construído, se constrói, como ser ativo que é dentro desse processo. Corroborando também outro autor com essa perspectiva, Viana (2017, p. 63), que diz: “ao longo do tempo, com as transformações sociais e as mudanças históricas, o mundo juvenil também se refaz, reinventa-se. Há novas fronteiras e novos desafios”.

No enfoque da nossa pesquisa, de estudos sobre a juventude rural, quando as definições englobam o rural e o urbano, Castro (2005) salienta que estariam voltados para a migração, sucessão e temas afins, numa concepção de agente capaz de resgatar o rural. Baseado nisso são criados, inclusive, alguns programas de incentivo à fixação do jovem no campo, porém alguns aspectos por vezes são desconsiderados nesses planejamentos. “Transformador”, “inexperiente”, o jovem oscila entre esses adjetivos, como se houvesse um percurso pré-definido a ser trilhado.

Sendo a juventude um segmento tão heterogêneo, a juventude rural segue a mesma lógica, não seguindo um padrão específico. A juventude rural vai muito além da ideia de uma pessoa com limitações de idade específicas e que reside no espaço rural, a juventude rural diz respeito a uma determinada vivência, um modo de vida:

Em termos de definição compreende-se que o jovem rural é aquele não apenas que reside no meio rural, mas que o vivencia, que participa de unidade produtiva de caráter familiar, onde ocupa espaços culturalmente definidos. É o sujeito que se relaciona com um modo de ser específico, vinculado à uma realidade onde o mundo do trabalho e o mundo da vida se fundem e se confundem. Não é, ou está imobilizado nesta condição, não é refém de um espaço ou situação, é um articulador de práticas de vida como qualquer outro, embora mantenha as suas especificidades identitárias que carregam as particularidades de seu modo de vida. (KUMMER; COLOGNESE, 2013, p. 209).

Viana (2017), que trabalha com a categoria “juventude do campo”, salienta a construção de identidade que se dá entre suas vivências no campo, e as experiências que tem em outros espaços. A autora destaca a participação dos jovens nos movimentos sociais, visando a garantia de direito e acesso a políticas públicas. Mais uma vez, o jovem rompe com concepções imobilizantes e desponta como ser ativo que é:

Podemos ainda tentar entender o papel e o lugar que o jovem do campo ocupa na sociedade a partir de seus projetos de vida, seus anseios individuais e como isso dialoga com a realidade em que vive, seja no campo ou na cidade. E, ainda, podemos pensar que a juventude cada vez mais transita entre mundos diferentes, compartilha e reproduz realidades diferentes, o que abre as portas para pensar a juventude do campo na perspectiva daqueles que trazem um novo

horizonte, novas possibilidades de inserção no campo por meio da pluriatividade. (VIANA, 2017, p. 66).

Sendo várias as juventudes, quem são então os jovens de Santana? De acordo com a agente de saúde do local e os dados por ela apresentados, existem cerca de 40 jovens de 15 a 29 anos que residem no local, que juntamente com aqueles que vêm aos fins de semana, integram um número aproximado de 53 jovens. Jovens como sujeitos ativos, que transitam por diferentes espaços, mas que não deixam de visualizar melhorias que poderiam existir na comunidade. Rural e urbano fazem parte do universo de mobilidade desses jovens.

Como abordado por Viana (2017), algumas questões precisam ser problematizadas no que se refere aos estudos da juventude do campo, como as perspectivas que encaram o rural como algo inferior ao urbano e as conceituações que estabelecem o que é rural e o que é urbano. Sendo assim, a discussão que se coloca a seguir envolve a apresentação de concepções sobre o rural e o urbano, e a superação dessa dicotomia entre ambos.

Concepções sobre as categorias rural e urbano

Várias são as abordagens sobre as categorias rural e urbano que tentam definir e explicar as distinções e relações entre elas. Busca-se aqui apresentar algumas concepções, assim como as transformações sofridas, como consequência de mudanças sociais e históricas. Williams (2011) aborda que distintas concepções já atravessaram essas noções, algumas ligando o campo ao natural e as cidades às realizações humanas; e outras, ligando as cidades às ambições, por exemplo, e o campo à ignorância.

O autor aponta, porém, que ao longo da história, cidade e campo apareceram sob as mais distintas formas, e além disso, entre cidade e campo outras formas de concentração são concebidas, como por exemplo “subúrbio, cidade-dormitório, favela, complexo industrial” (WILLIAMS, 2011, p. 12). É o que Bernadelli (2010, p. 45) apresenta quando trata da importância de distinguir funções entre as cidades, citando como exemplo as “cidades rurais”, e o quanto essa distinção é importante para que se pense em um “desenvolvimento territorial”.

Diversos critérios são elencados por Endlich (2010) e Bernardelli (2010) para as definições de rural e urbano. Bernardelli, aponta critérios como: tamanho demográfico; densidade; aspectos morfológicos; atividades; modo de vida; inter-relações e geração de inovações. Já Endlich apresenta critérios como: limites oficiais; patamar demográfico, densidade demográfica e atividades econômicas.

Pode-se perceber que a densidade demográfica é um critério muito presente e muito adotado, mas segundo as autoras, sozinho, não é capaz de trazer definições aprofundadas. Além disso, elas problematizam esse uso das atividades como critério de definição, já que o rural não se encontra voltado apenas para atividades agrícolas atualmente. Assim como Endlich (2010), Bernardelli (2010) também argumenta que ideal seria articular esses vários critérios.

Abramovay (2000) traz critérios como: relação com a natureza; dispersão populacional e dependência do rural em relação ao urbano. E argumenta que não é mais possível ligar o rural apenas a atividades agrícolas. A definição não poderia ser, então, de base setorial, mas sim, baseada nas dimensões espacial e territorial. É o que apontam também os trabalhos de Bernardelli (2010) e Endlich (2010), que tratam inclusive do novo rural, no qual as atividades agrícolas já não são as únicas desenvolvidas.

De acordo com Bernardelli (2010), no Brasil, o critério adotado diz respeito a delimitação político-administrativa, que considera como urbanas as sedes de municípios. Uma mudança nesse critério poderia diminuir substancialmente o número de municípios brasileiros. A autora problematiza o fato de que também é necessário que outras dimensões sejam consideradas e articuladas nessa definição, como as dimensões espaciais e históricas, já que a realidade sofre transformações constantes.

Williams (2011, p. 21) também contribui com essa discussão, ao apontar que de fato não se tratam de noções estáticas, já que “[...] a vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões”. Além de serem noções móveis, pode-se dizer também que estão sempre se transformando e mudando a forma de se relacionarem.

De acordo com o autor, as maneiras de se posicionar sobre o campo e cidade são reflexos de um posicionamento ante a realidade global e social e a oposição campo-cidade/ industrial-agrícola é resultado do processo de divisão e especialização do

trabalho. Sendo assim, pode-se pensar na importância da divisão do trabalho e do próprio contexto em que se desenvolve o capitalismo, para que se estabeleçam, tanto as oposições que costumam ser criadas entre urbano e rural, quanto as relações que se estabelecem entre estes, o processo migratório é um exemplo de relação marcado pelos efeitos do capitalismo.

Endlich (2010) também argumenta que as reflexões sobre o rural e o urbano só ocorreram graças a esse processo de divisão do trabalho, porém, segundo a autora, as atividades do rural mudaram bastante, o que implica em alguns desafios para definições atuais. Embora alguns estudiosos falem de um novo rural, ela problematiza essa concepção, indagando se o novo rural pode de fato ser considerado rural. Essa concepção pode apontar para um certo reducionismo, que desconsidera por exemplo os modos de vida, que apesar das transformações, se preservam e resistem. Em suas discussões, Paula (2012, p. 143) diz que “as transformações são profundas, mas o rural não se ‘perde’ nesse processo, ao contrário, reafirma sua importância e particularidade.

No que tange as discussões que envolvem o desenvolvimento nos moldes do capitalismo, Paula (2003, p. 40) argumenta que “o capital modifica drasticamente a contextualização do que seja rural e urbano”, sendo que os trabalhadores tendem a ver o urbano como ambiente de produção do capital. Já Williams (2011), comenta que apesar de concordar com a visão atual de cidade como símbolo de capitalismo, essa compreensão só é possível quando se concebe a ideia que o capitalismo surgiu na economia rural inglesa, que foi o berço das características que viriam a ser encontradas posteriormente nas cidades.

Portanto, a distinção maior entre os resultados de ambos os espaços, não está entre as atividades agrícolas ou industriais, mas nas formas de exploração que utilizam, que podem ser inclusive bem parecidas em ambos. Esse pensamento rompe, por exemplo, com a ideia de que as crises ambientais se dão apenas pelos efeitos da indústria, mostrando os efeitos nefastos que a agricultura capitalista também pode produzir.

Endlich (2010) também argumenta que o urbano não foi criado pelo capitalismo, mas proporcionou seu desenvolvimento. A autora, ao apresentar o urbano e as cidades como distintos, diz que, com o capitalismo, os modos de vida urbanos são levados ao campo, se estendendo para além das cidades. A autora diz, inclusive, do quanto o urbano

atinge o rural, citando autores que têm em suas definições de rural, características como a precariedade, que para eles pode ser superada com a urbanização.

Essa posição é problematizada por Abramovay (2000), quando este vai além de uma visão do rural como passivo frente à urbanização, e quando propõe que a ruralidade não é algo a ser superado, mas que também possui suas potencialidades. Apesar das questões levantadas, pode-se dizer que a definição de urbano extrapola, vai além da concepção de cidade. Bernardelli (2010) também concorda que o urbano supera as cidades, sendo assim, tem-se uma distinção entre a própria categoria de urbano e as cidades. Essas relações entre rural e urbano, levando em consideração as influências da urbanização, também aparecem em abordagens como as apontadas por Marques (2002):

De uma maneira geral, as definições elaboradas sobre o campo e a cidade podem ser relacionadas a duas grandes abordagens: a *dicotômica* e a de *continuum*. Na primeira, o campo é pensado como meio social distinto que se opõe à cidade. Ou seja, a ênfase recai sobre as diferenças existentes entre estes espaços. Na segunda, defende-se que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana. (MARQUES, 2002, p. 100).

Embora rural e urbano se relacionem continuamente, e embora alguns autores argumentem sobre as influências da urbanização, Bagli (2010) argumenta que não é preciso que o rural esteja urbanizado para que seja afetado pelo modo de produção dominante. De acordo com a autora, para que houvesse uma urbanização total, seria necessária uma homogeneização dos espaços, mas por mais que as relações entre estes se intensifiquem, suas especificidades são mantidas, além disso, a existência de hábitos comuns não descaracteriza determinado modo de vida. De acordo com Bagli (2010, p. 108) “rural e urbano, por mais características comuns que possam possuir, jamais serão realidades semelhantes. Diferenças continuarão a existir. O desafio está em não utilizá-las com instrumento de dicotomização”.

Embora diferenças continuem a existir entre rural e urbano, estas não devem ser utilizadas para marcar uma oposição entre tais realidades e modos de vida, até mesmo porque, o que se tem, são relações, movimento, um compartilhar de vivências, e ambos possuem importância nesse processo que se constrói entre o ir e vir.

Rural e urbano: para além de uma dicotomia

Algumas abordagens colocam o rural como inferior, é o que demonstram alguns trabalhos como o de Endlich (2010), que cita autores que apresentam o urbano como capaz de superar a precariedade do rural, como foi apresentado no capítulo anterior. Embora isso aconteça, o rural não pode ser visto algo a ser ultrapassado, é necessário que se considere o dinamismo que permeia o rural, ultrapassando uma perspectiva dicotômica, que segundo Marques (2002) deve ser substituída para que se considerem as relações que o rural e o urbano estabelecem, o que implica inclusive outras concepções de desenvolvimento.

Abramovay (2000, p. 26) argumenta que “a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização”. Sendo assim, as áreas rurais, que por vezes são tão subestimadas, também podem ser pensadas como de grande importância para a sociedade. O autor argumenta que a questão não é apenas se uma determinada área é rural ou urbana, e sim a dinâmica regional que permeia tal área.

Outra questão importante, que supera a dicotomia, é que rural e urbano também não devem ser vistos como antagônicos, e nem mesmo como uma relação evolutiva, em que o urbano seja um modelo de desenvolvimento a ser seguido, é o que foi apontado por Marques (2002) e Abramovay (2000). Williams (2011) também traz a concepção de algumas literaturas que ligam o campo ao passado e a cidade ao futuro, deixando o presente como lacuna que abriga as tensões do sistema vigente. Para além dessas concepções, rural e urbano são categorias que abarcam inclusive uma rede de relações que perpassam os dois âmbitos.

De acordo com Abramovay (2000), a oposição entre rural e urbano pode impedir inclusive que se tenha acesso às novas dinâmicas que permeiam essas relações, já que não só as áreas urbanas, mas também as rurais, fazem parte de uma dinâmica territorial que permite contatos globais e é capaz de levar a uma concepção de desenvolvimento que abarque as ações conjuntas dessas áreas.

Quando Marques (2002) trata de algumas definições que encaram o rural e o urbano como um *continuum*, comparando-os, e considerando apenas os aspectos que estão presentes no urbano e faltam ao rural, desconsiderando portanto, as peculiaridades

e potencialidades do rural, pode-se pensar que é uma concepção que vai ao encontro daquilo que foi pontuado por Abramovay (2000), quando ele diz de concepções que colocam o rural como algo a ser ultrapassado pelos processos de urbanização, o que o coloca numa posição de atraso e decadência em relação ao urbano. Ambos os autores demonstram que se trata de uma perspectiva errônea, pois a relação entre tais categorias não segue uma abordagem linear e evolutiva. Rural e urbano se relacionam constantemente, e ambos conferem importância a tal relação, que não é um *continuum*, pois tem dinâmicas próprias.

Outra forma de definição, como foi apontada por Marques (2002), diz respeito a uma simplista oposição entre rural e urbano, que os coloca em uma perspectiva dicotômica. Essa abordagem dá margem para algumas caracterizações, que podem inferiorizar o rural, colocando-o como sinônimo de atraso; ou levar a uma idealização de tal espaço, o ligando ao ingênuo e ao natural, como oposição ao artificialismo das cidades. Trata-se mais uma vez, de uma perspectiva que desconsidera o dinamismo e as relações que se dão entre estes.

Para a autora, essas abordagens em relação ao urbano-rural (dicotômicas e de *continuum*), provém de um cientificismo inicial e do desenvolvimento do modo de produção capitalista. A industrialização e a lógica do consumo afetam o rural e o urbano, sendo que os modos de vida desses espaços passam a ser subordinados ao modo de produção vigente. Williams (2011) também aborda a influência do modo de produção na compreensão do campo e da cidade, sendo que as ideias a respeito de tais espaços são influenciadas pelas mudanças gerais que ocorrem tanto socialmente, como economicamente.

Para Marques (2002), essas concepções (dicotômica e de *continuum*) devem ser revistas, para que sejam consideradas as relações que estes espaços estabelecem, o que implicaria inclusive em novos modelos de desenvolvimento, que sejam pensados não só para o rural, mas também para as cidades, já que em ambos os espaços os trabalhadores se veem diante de condições instáveis, o que ocasiona seu constante deslocamento. Deslocamento esse que tenta ser compreendido nos estudos sobre migrações.

Porém, a autora também argumenta que quando se se fala em desenvolvimento rural, trata-se de um processo que não deve ser baseado somente nas demandas urbanas, pois isso seria entrar novamente em uma visão de *continuum* que só reconhece a

urbanização como modelo de desenvolvimento a ser seguido. Tal pensamento faz com que o rural permaneça como inferior, na condição de subordinação. O desenvolvimento deve ser proposto a partir da realidade e saberes locais, considerando-se as dinâmicas do território em questão, e compreendendo que o rural também engloba as relações estabelecidas com o urbano.

Como se percebe, trata-se de conceitos que ultrapassam questões econômicas. Quando se fala em rural por exemplo, como aborda Abramovay (2000), não se deve levar em consideração apenas os aspectos relacionados aos sistemas de produção, pois como se sabe, o rural não envolve apenas setores agrícolas, sendo também constituído por outras atividades. A agricultura, é apenas uma das muitas atividades que compõem o rural. Além disso, conforme Martins e Souza (2010, p. 40) “o rural e o urbano representam uma prática social que transcende as atividades que se desenvolvem dentro de suas espacialidades e englobam outras dinâmicas da complexidade sócio-cultural”.

De acordo com Williams (2011) além das mudanças específicas que cidade e campo sofrem, a relação entre ambos também se altera ao longo do tempo, e essas transformações são, por vezes, decorrentes de processos mais amplos historicamente. Williams (2011, p. 474) pontua que “as ideias a respeito do campo e da cidade tem conteúdos e desenvolvimentos históricos específicos, mas também está claro que, em determinados momentos, elas representam formas de isolamento e identificação de processos mais gerais”.

Ao discorrer sobre tais processos, o autor problematiza a perspectiva dicotômica ao apontar semelhanças nos processos do modo de produção capitalista ao qual foram submetidos tanto o campo como as cidades, quebrando assim a visão “romântica” que se tem quando se pensa no campo como local de pureza, sem ambições. Além disso, ele aborda também que a própria oposição entre tais meios, e entre as atividades agrícolas e industriais, provém dos processos da divisão e especialização do trabalho, como já foi abordado anteriormente.

Essa romantização do rural pode ser percebida com a crise urbana, em fins da década de 70 do século XX, que segundo Marques (2002) levou a uma idealização do rural, que, por estar em condições de proximidade com a natureza, tende a ser visto como alternativa à vida superficial das cidades. Essa concepção vai ao encontro das idealizações

que Williams (2011) aponta, que inclusive já foram abordadas anteriormente. Ocorre com isso, um movimento de revalorização do rural. De acordo com Bagli (2010, p. 108):

É a possibilidade de relacionamento entre duas realidades distintas que permite que as pessoas entrem em contato com o outro sem romper totalmente com sua realidade cotidiana. O campo deve continuar a ser buscado, porém não apenas como válvula de escape aos problemas existentes na cidade, mas como opção de vida e trabalho.

Essa perspectiva trazida por Bagli (2010) demonstra o quanto a visão sobre a relação entre o rural e o urbano pode amadurecer. Ao mesmo tempo em que não precisam ser encarados como opostos, extremos, também não precisam se misturar ao ponto de fazer com que suas peculiaridades sejam apagadas em nome, por exemplo, da urbanização. Dessa forma, a busca por melhorias em ambos os espaços se torna possível quando se consideram também as dinâmicas entre essas categorias.

Como é abordado por Marques (2002, p. 109) os deslocamentos que ocorrem entre cidade e campo, são ambos movidos pela busca de melhorias, o que reforça que “a necessidade de ações voltadas para o desenvolvimento e a inclusão social no Brasil se põe para o campo da mesma forma que para a cidade [...]”. Isso demonstra que a preocupação não deve girar em torno da mera definição ou distinção entre rural e urbano, talvez a própria mobilidade que se dá entre estes tenha muito mais a dizer sobre a realidade.

Dessa forma, para além de definições, deve-se buscar compreender o modo de vida e o que têm a dizer aqueles que transitam entre o rural e o urbano. É o caso do que acontece, por exemplo, no município de Juramento, onde, conforme Figueiredo (2010), muitos moradores, principalmente de suas comunidades rurais, dizem que estão “indo à cidade” quando vão para Montes Claros, mas não dizem o mesmo quando vão até à sede do município. A definição ou distinção não é, portanto, o cerne da discussão. Esta envolve muito mais os sentidos que são dados por aqueles que circulam pelo rural e o urbano, entre campos e cidades.

Considerações finais

Embora a pesquisa ainda esteja em fase de construção, e ainda sejam necessárias uma maior imersão na comunidade e um aprofundamento teórico na temática, pode-se perceber, no que se refere à comunidade estudada, que, além do histórico de migração,

da região onde hoje é a barragem, para o local onde é a comunidade atualmente, os fluxos migratórios continuam, dentre outras formas de mobilidade espacial.

São as famílias que se mudam para a sede do município ou para outras cidades, são “os de fora” construindo residências para onde se deslocam apenas ao finais de semana, e, o que é foco dessa pesquisa, são os jovens que ficam “pra lá e pra cá”, saindo e retornando aos finais de semana, ou algumas vezes no mês. São aqueles que têm esse movimento como parte de um modo de vida atual, como estratégia de reprodução de seus familiares e da própria comunidade, e que mesmo com tanta mobilidade, ainda fazem parte da comunidade de Santana do Mundo Novo e das redes que essa tece nos lugares que atravessam.

Sendo assim, um novo olhar sobre a mobilidade deve ser construído, sem julgamentos de valor, atentando-se para o que dizem aqueles que estão envolvidos nesse processo e para o contexto social e histórico em que se dão esses deslocamentos e pausas. Assim como são várias as juventudes, são vários também os sentidos de lugar e de migrar que podem ser acionados por cada um. É nesse contexto que se insere essa pesquisa, buscando compreender as relações entre o rural e o urbano, compreendendo que alguns vínculos com a terra natal permanecem, apesar dos deslocamentos que se fazem presentes nas experiências da juventude rural da comunidade.

Agradecimentos

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo incentivo à pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. *In:* ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto de Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 37-72.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. *In:* **Os pensadores: XXXVIII**. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial, 1978. p. 183-354.

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 81- 109.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 33- 52.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005. 444 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

COTRIM, Dário Teixeira. **Memórias históricas de juramento**. Montes Claros: Gráfica Editora Cotrim/ Millennium Ltda, 2015.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. Rio de Janeiro: **Boletim do Museu Nacional**, n. 27, p.1-12, 1978.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, 2003.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.11- 31.

FERREIRA, E. V. **Arquivos da 1º Cavalgada de Santana**. 13 de jul. de 2019.

FIGUEIREDO, João. **Juramento (1953-2010): um pedaço da história do Norte de Minas**. Montes Claros: Coopergraf, 2010.

FRANÇA, Iara Soares de. **Aglomeración urbana descontínua de Montes Claros/MG: novas configurações socioespaciais**. 2012. 399 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

GIL, A.C. Como classificar as pesquisas com base em seus objetivos?. *In*: GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-57.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Juramento: panorama**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juramento/panorama>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

FERREIRA, M. V. (org.). **IBGE. Mapas da comunidade de Santana do Mundo Novo**. Montes Claros, 2019.

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Silvio Antônio. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, p. 201-220, 2013.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**, v. 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002. Disponível em: <<https://www.agbMA.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/160>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

MARTINS, Geraldo Inácio; DE SOUZA, Angela Fagna Gomes. A relação campo e cidade: novas urbanidades e ruralidades, definições e (re) definições. **Caminhos de Geografia**, v. 11, n. 36, p.37-51, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16249/9127>>. Acesso em: 2 mar. 2020.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha. O espaço do rural: representações socioespaciais do sujeito migrante no Norte de Minas Gerais – Brasil. *In*: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos; PEREIRA, Laurindo Mékie (org.). **Conflitos sociais na história contemporânea no Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2012. p. 139-150.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha. **Integração dos migrantes rurais no mercado de trabalho em Montes Claros, Norte De Minas Gerais**: "a esperança de melhoria de vida". 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

VIANA, Elis Medrado. **Juventudes do campo**: a construção de sujeitos sociopolíticos e a afirmação de direitos. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) Universidade Federal de Minas Gerais/Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Recebido em 03/12/2019. Aceito para publicação em 07/04/2020.
--